

## CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO

### PROCURADOR

Código da Prova

**S01 X**

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **4 horas**

---

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,  
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

**“Precisei mudar tanto para me tornar eu mesmo.”  
(Fernando Pessoa)**



### ATENÇÃO

Este caderno contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D e E – e uma questão discursiva.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.  
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas e folha de resposta.**

---

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, as formas corretas de preenchimento do cartão de respostas e da folha de resposta, conforme estabelecido nos próprios.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva assinado e a folha de resposta desidentificada. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas e a folha de resposta. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**BOA PROVA!**

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

### Do Espírito das Leis

Obra mais famosa do autor francês Charles de Montesquieu, considerado um dos livros fundamentais do Iluminismo, O Espírito das Leis é a base da divisão política moderna dos três poderes. Um dos grandes filósofos do século XVIII, pensador iluminista, deixou uma grande herança por meio de suas obras. "Para melhor compreensão, desta obra, é preciso que se observe que o que denomino virtude na República é o amor à pátria, isto é, o amor à igualdade. Não é, em absoluto, virtude moral, nem virtude cristã, e sim virtude política; é a mola que faz mover o governo republicano, assim como a honra é a mola que faz mover o governo na monarquia".

Em seus questionamentos, Montesquieu acaba por concluir que a única lei a governar todos os povos humanos era a criada pela Razão fornecida por Deus, o que os diferenciava dos demais animais e os estimulava a viver em sociedade, em respeito às leis naturais de busca de paz, alimentos... Entretanto, o desenvolvimento da sociedade civil acabaria por gerar confrontos. Passou a ser necessário, portanto, o estabelecimento de leis, que variavam de acordo com cada sociedade.

De acordo com Montesquieu, existem três formas de governo: Despotismo, Monarquia e República, sendo que apenas o Despotismo é essencialmente corrompido. Isso decorre devido ao fato que os déspotas tendem a empregar violência para se manterem no poder. A monarquia, por sua vez, é considerada por Montesquieu o mais efetivo governo, por meio do exercício da autoridade com firmeza e honra pelo soberano.

Apesar disso, é fato que a sua proposta de divisão em três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – influenciou em grande medida os governos republicanos, inclusive os atuais. De qualquer forma, o equilíbrio delineado por Montesquieu funcionaria aproximadamente da mesma maneira tanto em uma Monarquia quanto em uma República: o Executivo exerceria influência sobre as questões civis, o Legislativo criaria as leis mais apropriadas à sociedade, e o Judiciário fiscalizaria as normas que regeriam determinado grupo humano. Nenhum destes poderes, entretanto, é mais poderoso do que outro, devendo agir para limitar, caso outro membro da tríade vá além de suas prerrogativas.

Além de representar uma poderosa reflexão sobre a natureza da raça humana, sua obra representou uma nova abordagem a respeito da necessidade de equilíbrio político, que influenciou não apenas a realidade imediata da França pré-revolucionária do século XVIII, mas também a futura sociedade democrática. Embora apresente certas considerações datadas, a obra ainda é bastante relevante no que diz respeito ao entendimento das possíveis limitações de um governo republicano.

<https://www.infoescola.com> - texto adaptado

### Questão 1

Observe as afirmações sobre o texto:

I – a virtude para Montesquieu, na República, é a virtude moral, que promove a igualdade, assim como a honra é a virtude nas Monarquias;

II – segundo Montesquieu, as três formas de governo, Despotismo, Monarquia e República, são incorruptíveis;

III – o equilíbrio entre os poderes, para Montesquieu, funcionaria de igual forma tanto na Monarquia quanto na República;

IV – a grande herança da obra de Montesquieu, da divisão em três poderes, inspirou os governos republicanos até a contemporaneidade;

V – o mais apropriado governo para Montesquieu era a Monarquia.

Estão corretas apenas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e V.
- (E) III, IV e V.

### Questão 2

Segundo o texto, para Montesquieu, a Lei maior para governar os povos era a Lei:

- (A) da República.
- (B) da Monarquia.
- (C) do Despotismo.
- (D) do Legislativo.
- (E) da Razão.

### Questão 3

A opção em que todas as palavras são acentuadas em obediência à mesma regra é:

- (A) caí – baú – amém – toró.
- (B) técnica – médico – pássaro – Jacarepaguá.
- (C) álbum – dólar – móvel – herói.
- (D) raízes – Piauí – viúvo – ciúme.
- (E) egoísta – afável – oásis – espontâneo.

**Questão 4**

A opção em que foi observado o CORRETO emprego do sinal indicativo da crase é:

- (A) O diretor não se prendeu à nenhuma dificuldade burocrática.
- (B) Dirijo-me à Vossa Excelência para solicitar apoio ao meu projeto.
- (C) É à curiosidade de entender o coração humano que devo minha dedicação aos presos.
- (D) A cidade à que me refiro fica em outro continente.
- (E) A guarda oficial do presidente ia à cavalo.

**Questão 5**

Das alternativas abaixo, a que apresenta conjugação INCORRETA quanto à conjugação do verbo é:

- (A) O professor entreteve as crianças no recreio.
- (B) Os promotores já requiseram os processos.
- (C) Geralmente passeamos pela Quinta da Boa Vista.
- (D) É necessário que tragamos os sanduíches prontos?
- (E) Jorge reouve a carteira que perdera.

**Questão 6**

No último período do 4º parágrafo, em “Nenhum destes poderes, entretanto, é mais poderoso do que outro, devendo agir para limitar, caso outro membro da tríade vá além de suas prerrogativas.”, o período é:

- (A) simples.
- (B) oração absoluta.
- (C) composto por coordenação.
- (D) composto por subordinação.
- (E) composto por coordenação e subordinação.

**Questão 7**

No 4º parágrafo, em “Apesar disso, é fato que a sua proposta de divisão em três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – influenciou em grande medida os governos republicanos...”, o operador argumentativo destacado tem o seguinte valor semântico:

- (A) oposição.
- (B) condição.
- (C) finalidade.
- (D) explicação.
- (E) conclusão.

**Questão 8**

Quanto ao emprego do SE, a opção que NÃO atende à modalidade culta da língua portuguesa é:

- (A) Se o estilo reflete o homem, o idioma é o espelho da cultura de um povo.
- (B) Vive-se bem naquela cidade brasileira fronteiriça.
- (C) Guerras se faz com armas, e não com palavras.
- (D) Marina e Tania se arrependeram do que fizeram.
- (E) Vão-se os amores e ficam-se as dores.

**Questão 9**

Numere as palavras da esquerda de acordo com o processo de formação sugerido na coluna da direita.

- |                 |                 |
|-----------------|-----------------|
| ( ) super-homem | 1. prefixação   |
| ( ) beliscar    | 2. sufixação    |
| ( ) submarino   | 3. aglutinação  |
| ( ) vaivém      | 4. justaposição |
| ( ) embora      | 5. parassíntese |

A opção que contém a numeração em sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) 4, 2, 1, 3, 5.
- (B) 4, 1, 5, 3, 2.
- (C) 3, 5, 4, 2, 1.
- (D) 1, 2, 5, 4, 3.
- (E) 1, 3, 2, 5, 4.

**Questão 10**

Coloque o pronome entre parênteses no devido lugar na frase e aponte a alternativa em que NÃO deve haver próclise.

- (A) As moças que visitaram eram da Prefeitura. (nos)
- (B) Deus abençoe com vibrações de saúde! (te)
- (C) Não sinta agredido com a informação final. (se)
- (D) Relatem com minúcias o acontecimento de hoje. (me)
- (E) Todos ajudarão nessa hora difícil para a família. (o)

## LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Questão 11

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171/94), dispõe expressamente que é vedado ao servidor público:

I - o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

II - exercer a advocacia no órgão administrativo ou jurisdicional do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;

III - prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.

Considerando as assertivas acima, estão corretas, apenas:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

### Questão 12

De acordo com a Constituição Federal, o prazo de validade do concurso público será de até:

- (A) um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) um ano, sem prorrogação.
- (C) dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) dois anos, sem prorrogação.
- (E) três anos, sem prorrogação.

### Questão 13

Dispõe a Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná que, desde que licenciado, se afaste da vereança, não perde o mandato o Vereador investido no cargo de:

- (A) Presidente da República.
- (B) Governador de Estado.
- (C) Prefeito Municipal.
- (D) Secretário Municipal.
- (E) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

### Questão 14

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), determina que o agente público que deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, responde por ato de improbidade administrativa que:

- (A) causa prejuízo ao erário.
- (B) importa enriquecimento ilícito.
- (C) decorre de aplicação indevida de benefício financeiro.
- (D) decorre de concessão indevida de benefício tributário.
- (E) atenta contra os princípios da administração pública.

### Questão 15

Segundo a Resolução 116/2000 - que dispõe sobre alteração no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ji-Paraná, das decisões da Presidência da Câmara Municipal:

- (A) não cabe recurso.
- (B) cabe recurso ao Prefeito.
- (C) cabe recurso ao Plenário, com efeito suspensivo, de regra.
- (D) cabe recurso ao Plenário, sem efeito suspensivo, de regra.
- (E) cabe recurso ao Plenário, o qual será interposto apenas de forma verbal e no prazo de 24 horas.

## GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE RONDÔNIA

### Questão 16

“Ao final do censo de 1980, o Território Federal de Rondônia, que lutava para a transformação em Estado, registrava um crescimento de 400% em relação a 1970. Foi um recorde histórico no País de deslocamento de contingentes humanos, sendo contabilizados 481 mil habitantes no território, e no Centro de Triagem de Migrantes (CETREMI), montado em Vilhena, constava que a maioria dos migrantes era procedente do PR, MG, ES e RS.” Diário da Amazônia, (25/8/2019)

Essa política de povoamento vinha sendo implementada por muito tempo e, em 1966, com a instalação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) em Porto Velho, a manutenção e a trafegabilidade da BR-364 foi viabilizada e aprimorada, ainda mais, com a inauguração do asfalto em meados dos anos \_\_\_\_\_, quando o Brasil era governado por \_\_\_\_\_.

Os termos que completam adequadamente o texto acima são, respectivamente:

- (A) 70 (setenta)/ Ernesto Geisel.
- (B) 80 (oitenta)/ Emílio Garrastazu Médici.
- (C) 90 (noventa)/ Fernando Henrique Cardoso.
- (D) 80 (oitenta)/ João Batista.
- (E) 90 (noventa)/ Luiz Inácio Lula da Silva.

### Questão 17

O fenômeno que ocorre na região entre Acre e Rondônia (e parte de Mato Grosso), que resulta do avanço da Frente Polar que, impulsionada pela massa de ar polar procedente da Patagônia, provoca brusca queda da temperatura, permanecendo alguns dias com a média em torno de 10 °C e chegando a atingir até 4 °C por 3 a 8 dias, causando transtorno e mal-estar na população é conhecido pela seguinte denominação:

- (A) la Niña.
- (B) friagem.
- (C) furacão.
- (D) inversão Térmica.
- (E) efeito Estufa.

### Questão 18

“Conforme o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rondônia tem uma participação de apenas 0,6% em toda a riqueza produzida no país. Mesmo assim, o estado é detentor do terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte – a soma de todas as riquezas produzidas pelo estado – ficando atrás apenas do Pará e Amazonas”.

(G1,10/1/19).

O agronegócio é uma grande força na economia de Rondônia e, segundo o último levantamento do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para o estado, os produtos responsáveis por mais de 80% de todas as suas exportações foram:

- (A) a carne e a soja.
- (B) a mandioca e o algodão.
- (C) o café transgênico e a banana.
- (D) o arroz e o feijão.
- (E) o milho e a soja.

### Questão 19

Rondônia foi constituída em ciclos econômicos. No primeiro, pessoas de vários países vinham trabalhar na obra da estrada de ferro Madeira Mamoré, e aqui permaneceram. Nesse período, tem início a corrida ao chamado “ouro negro” – borracha, que trouxe também nordestinos aos seringais. O outro ciclo é o segundo da borracha, na década de 40 quando o produto:

- (A) era exportado para o Japão.
- (B) era a base da economia brasileira.
- (C) era de interesse dos gaúchos.
- (D) abastecia as tropas da II Guerra Mundial.
- (E) abastecia as necessidades dos países árabes.

### Questão 20

Em 2018, a população rondoniense foi estimada em 1.757.589, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Diário Oficial da União em agosto de 2018. Naquela época, no Brasil, a população total estimada alcançou o número de 208,5 milhões.

Em comparação ao último Censo divulgado pelo IBGE em 2010, quando havia 1.562.409 moradores em Rondônia, o número de habitantes cresceu 12,49%. A capital Porto Velho continua sendo apontada como o município mais populoso, com mais de 520.000 pessoas, seguido, com mais de 127.000 pessoas, do seguinte município:

- (A) Ariquemes.
- (B) Cacoal.
- (C) Guajará-Mirim.
- (D) Ji-Paraná.
- (E) Vilhena.

## GEOGRAFIA, HISTÓRIA E CULTURA DE JI-PARANÁ

### Questão 21

Denominado Vila de Rondônia, o município de Ji-Paraná foi criado através da Lei Nº 6.448, de 11.10.77, durante o governo do Presidente Ernesto Geisel. Sua denominação vem em homenagem ao rio que atravessa toda sua área de Sul para Norte, dividindo sua sede administrativa em dois setores urbanos distintos, conhecidos como:

- (A) região norte e região sul.
- (B) capitania leste e capitania oeste.
- (C) área de proteção ambiental norte (APA Norte) e área de proteção ambiental sul (APA Sul).
- (D) subprefeitura norte e subprefeitura sul.
- (E) primeiro distrito (zona norte) e segundo distrito (zona sul).

### Questão 22

Observe a letra do Hino de Ji-Paraná, do compositor Walter Bártolo.

Tu foste Afonso Pena  
 Tu foste Urupá também  
 Tu foste Vila de Rondônia  
 Que teus filhos ainda hoje querem bem.  
 Porém a história criou  
 O município de Ji-Paraná  
 Com o brasileiro que aqui chegou  
 Com fé esperança e amor.  
 Avante JiParanaense  
 Lutaremos com destemor ( bis )  
 Educando nossa juventude  
 E trabalhando com todo ardor.  
 Tuas terras, teus rios  
 E o povo ajudará  
 A dar a pátria um pujante município que é o nosso Ji-Paraná.

No primeiro verso, o compositor diz “Tu foste Afonso Pena”, porque foi o nome da primeira estação telegráfica da região, que passou a ser o centro administrativo da localidade, e que, pela sua importância, acabou por dar nome àquele local, antes denominado:

- (A) Vila de Rondônia.
- (B) Urupá.
- (C) Bártolo.
- (D) Vila Marechal Rondon.
- (E) Povoado Marechal Rondon.

### Questão 23

De acordo com a nova redação do inciso I do artigo 60 da Lei Municipal nº 2807/2015, “a celebração de acordo firmado entre o órgão licenciador e a pessoa física ou jurídica para que esta promova as correções das atividades do empreendimento conforme as exigências impostas pelo órgão ambiental” é denominada:

- (A) Termo de Compromisso Ambiental.
- (B) Certidão Ambiental.
- (C) Licenciamento Ambiental.
- (D) Licença Municipal de Operação.
- (E) Licença Municipal Simplificada.

### Questão 24

A Lei nº 1136 de 21 de dezembro de 2001 dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de Ji-Paraná, instituindo o Plano Diretor do Município. Nesta Lei, em seu Artigo nº 47, fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), que tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, e ainda:

I - zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano ambiental, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor;

II- aprovar os planos de aplicação dos recursos do solo criado destinados ao desenvolvimento urbano, prioritariamente à política habitacional;

III- propor soluções para os cruzamentos com grande fluxo de tráfego, com conversão permitida à esquerda, e em locais onde haja conflitos;

IV- estabelecer limites de velocidade, peso e dimensões, para cada via, respeitados os limites máximos previstos no regulamento do Código de Trânsito Brasileiro.

Dos itens acima mencionados, estão corretos, apenas:

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

**Questão 25**

De acordo com o Art. 21 da Lei 1136/01, Ji-Paraná, ZUC (Zona de Unidades de Conservação) são:

- (A) regiões em processo de descaracterização, que carecem de controle visando a proteção ambiental; tem por finalidade proteger e conservar a qualidade ambiental, e os sistemas naturais existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local, e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.
- (B) espaços territoriais onde se objetiva a preservação como as amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio de Ji-Paraná indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção; essas áreas estão sob regulamento das diversas categorias de manejo.
- (C) espaços territoriais onde se objetiva a preservação da flora, fauna e belezas naturais, com utilização para objetivos de educação conservacionista, científicos e recreativos controlados; essas áreas estão sob regulamento das diversas categorias de manejo.
- (D) áreas do município submetidas a normas próprias de controle e monitoramento ambiental, e destinam-se à proteção da bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento de água para consumo humano.
- (E) áreas de proteção de paisagem com características excepcionais de qualidade e fragilidade visual. As lagoas, os buritizais, ilhas fluviais, orla fluvial e os afloramentos rochosos.

**INFORMÁTICA BÁSICA****Questão 26**

A memória RAM dos computadores é montada nos chamados “pentec ou bancos” de memória que são encaixados no seguinte componente:

- (A) Porta USB.
- (B) Placa Mãe.
- (C) CPU.
- (D) Placa SATA.
- (E) Porta HDMI.

**Questão 27**

Nas redes de computadores os membros são identificados por um endereço na rede chamado de:

- (A) Serial number.
- (B) Part number.
- (C) Password.
- (D) Internet protocol.
- (E) Userid.

**Questão 28**

Na célula C1 do MS Excel você inclui a fórmula:

$=(\text{PAR}(5))+10/5-2$

O valor de C1 será:

- (A) 14.
- (B) 9.
- (C) 6.
- (D) 6,33.
- (E) 9.33.

**Questão 29**

Numa rede Wireless doméstica, o meio de transmissão externo (linha telefônica ou fibra ótica) é conectado a um:

- (A) Hub.
- (B) Pen Drive.
- (C) USB.
- (D) Roteador.
- (E) Switch.

**Questão 30**

Em um ambiente Linux, para incluir usuários e/ou trocar senhas você deve se utilizar de qual useríd?

- (A) Master
- (B) Maint
- (C) Admin
- (D) Root
- (E) Password

**Questão 31**

Dos itens da barra de ferramentas do MS Word aquele utilizado para se criar letras pequenas acima da linha de texto (ex: M<sup>2</sup>, 3<sup>2</sup>, etc...) é:

- (A) Início.
- (B) Layout da página.
- (C) Correspondências.
- (D) Exibição.
- (E) Design.

**Questão 32**

Numa pesquisa no Google em que se quer procurar pela expressão cavalo veloz, sem que o Google inclua individualmente cavalo e veloz, você descreve como a sua pesquisa:

- (A) cavalo;veloz
- (B) "cavalo veloz"
- (C) (cavalo veloz)
- (D) cavalo\*veloz
- (E) \*cavalo veloz\*

**Questão 33**

Editando em MS Word você pode dividir o texto em duas ou mais colunas. Essa alternativa é encontrada no seguinte item de barra:

- (A) Inserir.
- (B) Design.
- (C) Exibição.
- (D) Layout da Página.
- (E) Revisão.

**Questão 34**

Em ambiente Linux existem alternativas à suíte MS Office. A planilha oferecida pelo LibreOffice como alternativa ao MS Excel é:

- (A) MegaCalc.
- (B) Linux Calc.
- (C) Calc.
- (D) LinCalc.
- (E) LibreCalc.

**Questão 35**

Numa pesquisa no Google em que você quer procurar por carro, mas excluindo os da marca Ford; a sua pesquisa deve ser descrita assim:

- (A) Carro (out Ford)
- (B) Carro "ex:Ford"
- (C) Carro ;ford-
- (D) Carro (Não Ford)
- (E) Carro –ford

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 36

A Constituição Federal estabelece no Capítulo pertinente ao Sistema Tributário Nacional, especialmente com relação aos princípios gerais, que cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios instituírem tributos. Considerando as previsões do ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) os Municípios podem instituir contribuição de melhoria, decorrentes de obras ou serviços públicos específicos e divisíveis.
- (B) cabe à lei ordinária específica dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (C) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal instituírem contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas.
- (D) as limitações ao poder de tributar estão proclamados de forma taxativa na Constituição, sendo vedado à lei regular as limitações constitucionais.
- (E) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo que este serviço não pode ser remunerado mediante taxa.

### Questão 37

O Mandado de Segurança está previsto na Constituição Federal como o instrumento que tem por finalidade proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou por habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. De acordo com as regras constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção que se apresenta correta.

- (A) Partido político somente tem legitimidade para impetrar mandado de segurança quando houver, no Congresso Nacional, representação
- (B) É inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança
- (C) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria
- (D) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese, embora seja cabível contra decisão judicial transitada em julgado
- (E) O pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para impetração do mandado de segurança

### Questão 38

De acordo com as previsões constitucionais inerentes aos remédios constitucionais, suponha que uma pessoa jurídica pretende obter informações acerca de situações de interesse pessoal junto à Secretaria de Receita Federal, bem como a obtenção de uma certidão em repartição pública para defesa de direitos, sendo que em ambos os casos os requerimentos foram negados. Diante do contexto apresentado, o interessado poderá impetrar:

- (A) mandado de segurança e *habeas data*, respectivamente.
- (B) *habeas data* e direito de petição, respectivamente.
- (C) direito de petição e mandado de injunção, respectivamente.
- (D) *habeas data* e mandado de segurança, respectivamente.
- (E) *habeas data* em ambos os casos.

### Questão 39

Uma empresa do ramo de mineração, a MINAS S.A, foi condenada a pagar uma indenização por danos morais, na quantia de R\$ 20.000,00, a um ex-empregado que acionou a Justiça do Trabalho, aduzindo em sua causa de pedir da reclamação trabalhista que sofria grave assédio moral todos os dias, o que ficou cabalmente comprovado nos autos, por meio de prova documental e testemunhal. Inconformada com a decisão, a empresa, após ser intimada da decisão, interpôs recurso ordinário no 3º dia útil com a comprovação do pagamento das custas. Porém, apenas no 8º dia útil do prazo recursal, apresentou a guia comprobatória do depósito recursal. Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o recurso ordinário deve:

- (A) ser considerado deserto, haja vista que a comprovação do depósito recursal não foi realizada no ato da interposição do recurso.
- (B) ser conhecido, pois o recurso foi interposto tempestivamente, ainda que o depósito recursal tenha sido intempestivo.
- (C) ser considerado intempestivo, uma vez que o pagamento do depósito recursal após a interposição do recurso configura intempestividade.
- (D) ser conhecido, na medida em que as empresas, após a reforma trabalhista, não são mais obrigadas a efetuar o depósito recursal.
- (E) ser conhecido, pois a interposição antecipada do recurso não prejudica a dilação legal para comprovação do depósito recursal.

**Questão 40**

Antonio, administrador profissional e autônomo, consultor da empresa Educação Gold Premium Pós-Graduação EAD, fora convidado pela empresa para ser preposto em audiência trabalhista una, em razão de uma ação trabalhista movida por um ex-empregado, Pedro Ivo, onde alega que não recebeu horas extras e adicional noturno durante o contrato de trabalho que vigorou por 2 (dois) anos. Na oportunidade da audiência, Antonio estava acompanhado do advogado da empresa, Dr. Beviláqua, o qual juntou eletronicamente, antes da audiência e sem sigilo, os documentos pertinentes (procuração, carta de preposto e contrato social), bem como contestação. No entanto, como o magistrado entendeu que a empresa não estava presente, já que Antonio não é empregado da reclamada, determinou a exclusão da contestação e documentos juntados, ainda que com o advogado presente, designando audiência de instrução para oitiva de testemunhas requeridas pelo autor no mesmo ato, para comprovar os fatos narrados, já que o horário de trabalho informado na inicial não é muito comum e ordinário. De acordo com as normas da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que presente o advogado, o juiz deve aplicar a revelia e a confissão sobre as matérias de fato, proferindo sentença, tendo em vista que Antonio não é empregado da empresa e, logo, não pode ser preposto, cabendo, no prazo de 15 dias, desta decisão, recurso ordinário.
- (B) Antonio não precisa ser empregado da reclamada e menos ainda conhecer os fatos, bastando que conheça o reclamante, cabendo agravo de instrumento da decisão que determina a exclusão da contestação e documentos.
- (C) Antonio não precisa ser empregado da reclamada, mas precisa conhecer os fatos, ainda que não conheça o reclamante. Assim, da decisão do juiz, cabe registro do protesto em ata de audiência, vez que a decisão que determinou a exclusão da defesa e documentos é interlocutória.
- (D) como Antonio não pode ser preposto, aplica-se a revelia e, por consequência, deve o juiz determinar a exclusão da contestação e documentos, não cabendo qualquer forma de impugnação.
- (E) o juiz deve aplicar a revelia, já que Antonio não pode ser preposto e, sendo assim, julgar procedentes os pedidos do autor, necessariamente, mesmo que a prova testemunhal na audiência de prosseguimento não seja produzida, cabendo da sentença apelação.

**Questão 41**

A proibição da interpretação nova retroativa é um dos exemplos da efetivação do Princípio da Segurança Jurídica e funciona como limitador do princípio da:

- (A) eficiência.
- (B) supremacia do interesse público.
- (C) publicidade.
- (D) especialidade.
- (E) autotutela.

**Questão 42**

Segundo o Supremo Tribunal Federal, o parecer jurídico sobre editais de licitação e minutas de contratos, convênios e ajustes, é de natureza:

- (A) orientadora.
- (B) opinativa.
- (C) extroversa.
- (D) opcional.
- (E) vinculativa.

**Questão 43**

Nicodemus, morador de Vitória, ao realizar um canteiro de obras, encontrou uma pedra preciosa, por ocasião da escavação da praça pública. Quando a notícia se espalhou nos ouvidos da vizinhança, a praça foi invadida por populares em delírio. Portando pás, iniciaram as escavações, até transformar a praça em uma verdadeira área de garimpo. Depois de alguns dias, como nenhum deles teve sucesso, abandonaram o terreno. Diante do cenário imaginário, a praça pública, após as escavações, sofreu uma desafetação e se caracteriza como bem:

- (A) dominical.
- (B) de uso especial.
- (C) privado.
- (D) de uso comum do povo.
- (E) híbrido.

**Questão 44**

Determinado prédio, sede da Receita Federal, em certo município de Roraima, por força de um curto-circuito, acaba por ficar totalmente destruído. Diante da inviabilidade de sua construção, o Governo Federal decide alienar o citado imóvel. Face ao fato imaginário narrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de uma alienabilidade incondicionada, os bens públicos podem ser objeto de venda, com a prévia autorização do Congresso Nacional
- (B) A jurisprudência e a doutrina reconhecem que a alienação do imóvel, por ter destinação pública, há necessidade de ser desafetado, via lei
- (C) Os bens dominicais, por se tratar de bens privado da União, precisam de desafetação para que sejam alienados, observadas as exigências da lei de licitação.
- (D) Tacitamente, ocorreu a desafetação e podem ser objeto de alienação, desde que ressaltados os requisitos legalmente definidos na lei
- (E) Os bens afetados ao domínio público da União gozam dos atributos da inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, portanto, incabíveis de alienação

**Questão 45**

“Suponhamos que se tenha que fazer uma obra pública, como o TRT de Roraima, por exemplo. Para tanto, a União desapropria, e tem-se a propriedade de João. Entre estas duas áreas, existe outra que ficou inaproveitável para Administração, que não tem interesse em ficar com ela. Permite a lei que se aliene, com licitação dispensada, esta parte que se tornou inaproveitável, desde que o preço esteja compreendido dentro do estabelecido na Lei. Mas a lei permite que João a adquira com dispensando a licitação” (MADEIRA, José Maria Pinheiro. *Administração Pública*. Tomo I, p.286. 12.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017). A situação retratada acima exemplifica hipótese de:

- (A) fato do Príncipe.
- (B) investidura.
- (C) fato da Administração.
- (D) teoria da Imprevisão.
- (E) fato Fortuito.

**Questão 46**

Marcos propôs ação indenizatória, pelo procedimento comum, em face da Companhia de Transportes Vila Velha Ltda. sob a alegação de que sofrera danos de ordem pessoal, bem como materiais em seu veículo, em decorrência da falta de cuidados objetivos do preposto da empresa de transportes quando conduzia o coletivo. O feito processual tramitou regularmente na 1ª. Vara Cível de Itaboraí/ RJ, tendo àquele juízo julgado improcedente a ação indenizatória sob a alegação de que Marcos não teria demonstrado o nexo de causalidade que unisse o dano que experimentou à conduta culposa da Ré. A sentença de improcedência foi publicada na própria Audiência de Instrução e Julgamento, após a colheita das provas e das alegações finais orais, tendo Marcos peticionado ao juízo, no dia subsequente à prolação do “decisum”, manifestando o seu conformismo com o mesmo. No entanto, decorridos três dias da apresentação da referida petição de concordância Marcos arrependeu-se, tendo interposto recurso de apelação objetivando a reforma do julgado. Diante do caso narrado, é correto afirmar que:

- (A) o recurso de apelação interposto por Marcos é o adequado, devendo ser recebido pelo juízo cível em que o feito tramitou em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (B) o recurso interposto contra o “decisum” não irá no mérito, pelo fato de ter ocorrido verdadeira preclusão lógica.
- (C) o recurso interposto é tempestivo, posto que Marcos ainda se encontrava dentro do prazo legal para recorrer.
- (D) o recurso interposto não deve ser acolhido porquanto, quando Marcos peticionou concordando com a sentença, operou-se a figura da perempção.
- (E) não poderá ser interposto o recurso em decorrência da presença da preclusão temporal.

**Questão 47**

Maria das Dores, brasileira, casada, do lar, residente em Campo Grande/RJ, por si e representando seu filho Marcos com 5(cinco) anos de idade, propôs Ação de Alimentos em face de Caio, com quem é casada pelo regime da comunhão parcial de bens, sob a alegação de que o mesmo não vem contribuindo para a manutenção do lar e da prole. Anexou na petição inicial toda a documentação comprobatória e necessária para a demonstração do binômio: necessidade/ possibilidade, de que trata a Lei 5.478/68, pleiteando a condenação de Caio a pagamento mensal de um salário mínimo, sendo 50% para cada autor. Atribuiu à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Ao receber a petição inicial, o juiz competente determinou que a mesma fosse emendada no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de indeferimento. Diante da situação hipotética narrada, é correto dizer que:

- (A) o pedido alimentar formulado na petição inicial, por ser certo e determinado, não implica na retificação do valor da causa correspondendo à pretensão autoral.
- (B) a determinação do juízo é incorreta, porque não há previsão legal que defina o valor da causa nas ações de alimentos, deixando a critério do autor essa prerrogativa.
- (C) o juiz agiu corretamente ao determinar a emenda uma vez que o valor da causa nas ações de alimentos corresponde a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.
- (D) o juiz não agiu corretamente, porque o valor da causa a ser atribuído nas petições iniciais relativas às ações de alimentos não é considerado como requisito formal para que a mesma seja recepcionada pelo Poder Judiciário, sendo considerada mera faculdade do Autor apresentá-la.
- (E) a não indicação do valor da causa pelo autor nas ações de alimentos ensejará o indeferimento liminar da petição inicial por inépcia, podendo o autor interpor agravo de instrumento contra essa decisão.

**Questão 48**

Mário propôs ação anulatória de casamento em face de Antônia, pelo procedimento comum, sob a alegação da ocorrência de erro essencial sob a pessoa do cônjuge, com base na legislação civil vigente. Na petição alegou que ignorava a existência de certos fatos, ligados à boa fama de Antônia, os quais tornavam insuportável o convívio sob o mesmo teto. Na parte relativa aos pedidos, requereu também, na hipótese de não ser acolhido o pedido principal, qual seja, o de anulação do casamento, que fosse decretada então a separação judicial do casal. Nesse sentido, quando ao segundo pedido formulado, podemos dizer que:

- (A) trata-se de pedido alternativo, tendo previsão na lei adjetiva, cuja escolha compete ao autor da ação.
- (B) trata-se de pedido certo e determinado, o qual é autorizado pela legislação em vigor, a critério do autor.
- (C) o segundo pedido é incompatível com o pedido principal, posto que contraria a determinação legal processual e que estabelece que todo pedido deve ser certo e determinado.
- (D) trata-se de verdadeiro pedido cumulativo, o qual é permitido num único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão.
- (E) ao optar pelo uso do pedido subsidiário, Mário estabeleceu uma ordem de preferência, a qual, entretanto, o juiz não estará obrigado a apreciar no momento em que proferir a sentença em respeito ao princípio do livre convencimento e da decisão motivada.

**Questão 49**

Jorge ingressou com ação de reintegração de posse em face de Inácio, com o propósito de obter a posse do imóvel que adquirira por intermédio da escritura de compra e venda, a qual foi lavrada em cartório de ofício de notas, tendo quitado na ocasião da compra o valor integral do imóvel. Foi estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para que Inácio desocupasse o imóvel e procedesse a entrega das chaves do imóvel. No entanto, passados os 30 (trinta) dias, Inácio não desocupou o imóvel apesar de ter sido procedida a sua notificação extrajudicial. Deste modo, considerando a inércia de Inácio, Jorge propôs ação de reintegração de posse, a qual foi recebida pelo juízo de direito competente, tendo sido determinada a citação do réu. Pergunta-se, como agirá Inácio diante do caso narrado, na hipótese de pretender apresentar defesa?

- (A) Deverá apresentar contestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, sob pena de revelia, juntando, caso queira, prova documental
- (B) Oferecer apenas defesa oral na audiência designada no mandado de citação, juntando, nesta oportunidade toda a documentação necessária para amparar a sua argumentação de defesa
- (C) Inácio deverá apresentar contestação escrita, formulando pedido reconvenção de manutenção de posse, caso queira, até a apreciação do mérito
- (D) Inácio poderá apresentar contestação escrita, levantando preliminar de carência de ação porquanto a ação pertinente ao caso narrado seria a petição, requerendo, destarte, a extinção do feito
- (E) Inácio deverá apresentar contestação escrita, no prazo legal, formulando pedido contraposto de manutenção de posse, caso queira, até a apreciação do mérito

**Questão 50**

A Constituição brasileira historicamente consagra o sistema federalista, tendo adotado em 1988 a forma tripartite, com a inserção dos Municípios como entes federativos autônomos, ao lado dos Estados e Distrito Federal, e da União. O texto constitucional, conforme fora promulgado, previu o aumento de competências dos entes locais que se fez acompanhar de uma modificação no sistema tributário para aumentar a arrecadação dos Municípios, que passam a gozar de atributos similares aos dos Estados-membros, percebido nas capacidades de auto-organização, autogoverno, autolegislação e autoadministração. A mencionada autonomia dos Municípios, como se sabe, é relativa, pois se subordina aos princípios estabelecidos na Constituição da República, sendo limitada pelas matérias cujas competências privativa e concorrente são cometidas com exclusividade à União e aos Estados. Dessa forma, sobre a competência dos Municípios, é correto afirmar que:

- (A) é de Competência exclusiva dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, entendidos como aqueles que possuem preponderância sobre os interesses regionais e nacionais, traduzidos em um rol no qual se incluem as questões urbano-ambientais.
- (B) a Constituição Federal reservou a competência residual aos Municípios, que não possuindo competência legislativa própria, atuam por exclusão, desde que não se trate de matéria afeta à competência privativa da União ou dos Estados.
- (C) segundo o artigo 24, § 1º a § 4º, do da Constituição Federal, fixou-se um sistema segundo o qual os Municípios poderão, em caráter complementar, legislar sobre matérias de competência concorrente, desde que atendam às normas gerais editadas pela União sobre a matéria.
- (D) o Município jamais poderá legislar em caráter suplementar à legislação federal, pois só o Estado está autorizado a suplementar legislação federal em matéria cuja competência seja concorrente com União.
- (E) compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação das áreas rurais.

**Questão 51**

Segundo o artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição de 1988, o meio ambiente equilibrado é um direito humano fundamental de relevância caracterizada por sua indisponibilidade, devendo ser garantido pelo Estado. Além disso, o meio ambiente é espécie de bem de uso comum, ou seja, de livre acesso à coletividade, razão pela qual se torna imperativo que a Administração Pública, através de seus agentes, atue em sua salvaguarda, propiciando sua defesa sempre que houver uso indevido dos recursos ambientais. Para efetivar tal empreitada, foi criada pelo Estado uma polícia específica para atuar nessas hipóteses, denominada Polícia Administrativa Ambiental, com atribuições e poderes para garantir o interesse coletivo. Sobre o poder de polícia administrativa ambiental, é correto afirmar que:

- (A) a polícia administrativa ambiental prima por preconizar a manutenção do meio ambiente devidamente equilibrado, de maneira a atender os anseios da União, pertinente a questões tangentes à função social da propriedade.
- (B) o poder de polícia administrativa ambiental é prerrogativa da Administração Pública, que em busca da efetivação da tutela jurídica do meio ambiente legitima a intervenção na esfera jurídica do particular, sempre em defesa do interesse público e pautada nos princípios que regem seus atos.
- (C) a polícia administrativa ambiental apresenta como escopo a fiscalização das atividades lesivas ao plano diretor, devendo, em virtude do princípio do dever, efetivar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente.
- (D) o poder de polícia ambiental é a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente a área rural.
- (E) o exercício do poder de polícia ambiental no Brasil é efetivado pelos órgãos do Sistema Regional do Meio Ambiente (SISRAMA), instituído pela Política Estadual do Meio Ambiente.

**Questão 52**

A responsabilidade ambiental tem expressa previsão constitucional, no parágrafo 3º do artigo 225 da Constituição de 1988, segundo o qual as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Desta previsão constitucional se extrai as três esferas do direito ambiental: preventiva, relacionando-se principalmente à responsabilidade administrativa; reparatória, relacionando-se à responsabilidade civil; e repressiva, relacionando-se à responsabilidade criminal. Quanto a responsabilidade penal pelos danos causados ao meio ambiente, é correto afirmar que:

- (A) o Direito Ambiental engloba as duas funções da responsabilidade penal: a função preventiva (procurando, por meios eficazes, evitar o dano), e a função reparadora (tentando reconstituir e/ou indenizar os prejuízos ocorridos).
- (B) a responsabilidade penal em face de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente se trata de responsabilidade objetiva, sendo irrelevante a conduta das pessoas físicas e jurídicas que eventualmente se encontrem na condição de poluidoras.
- (C) as condutas consideradas crimes contra o meio ambiente estão previstas principalmente na Lei 9.605/98, no Código Penal, no Código Florestal, na Lei de Contravenções Penais, e nas leis 6.453/77 e 7.643/87.
- (D) são pressupostos para a responsabilização penal em crimes ambientais: a atividade, o nexo de causalidade e o dano. Dessa forma, a atividade sempre será ilícita, e antijurídica.
- (E) a responsabilidade da pessoa jurídica poder se confundir com a responsabilidade da pessoa física que age em nome daquela devendo ser analisadas de forma conjunta as condutas da pessoa jurídica e a da pessoa física por ela responsável.

**Questão 53**

Para a existência de um negócio jurídico, a declaração de vontade livre e espontânea é elemento estrutural. Porém, pode haver vício na sua formação, ensejando dano aos integrantes desta relação jurídica, tornando o negócio anulável. Desta forma, *“quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”*, estamos falando de:

- (A) lesão.
- (B) estado de perigo.
- (C) coação.
- (D) dolo.
- (E) erro ou ignorância.

**Questão 54**

Sobre a prescrição, assinale a opção certa.

- (A) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal
- (B) Entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar
- (C) Entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela
- (D) Contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios
- (E) Contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de paz

**Questão 55**

No tocante ao mútuo e ao comodato, marque a opção correta.

- (A) O comodato é empréstimo para consumo apenas
- (B) O mútuo é empréstimo para o uso apenas
- (C) No comodato, a restituição será de coisa equivalente
- (D) No mútuo, a restituição será da própria coisa emprestada
- (E) No mútuo, o mutuário vira o proprietário da coisa emprestada, assumindo os riscos por sua perda

**Questão 56**

Sobre a responsabilidade civil, marque a alternativa correta.

- (A) O código não prevê a responsabilidade por ato próprio
- (B) Pais tutores e curadores não possuem responsabilidade civil sobre atos de terceiros sob sua responsabilidade
- (C) A responsabilidade por danos causados por animais e coisas que estejam sob a guarda do agente é sempre subjetiva
- (D) Todo aquele que é responsável pelo dano não é obrigado a repará-lo
- (E) A culpa *in vigilando* decorre da ausência de fiscalização

**Questão 57**

A Ação Civil Pública (ACP) é um instrumento de tutela coletiva. Sobre este instituto, marque a alternativa correta.

- (A) A ACP não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer
- (B) Contra ato jurisdicional se admite ACP
- (C) É permitido controle de constitucionalidade difuso via ACP
- (D) Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ACP
- (E) Independente do pedido do autor da ACP, não há qualquer chance de cominação de astreintes para viabilizar o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer

**Questão 58**

Toda vez que falamos de uma obtenção de prestação jurisdicional através de um direito público subjetivo, autônomo e abstrato, estamos falando de ação. Sobre ação, é correto afirmar que:

- (A) no Novo Código de Processo Civil - NCPC, para postular em juízo é necessário legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido
- (B) a técnica baseada na teoria da asserção afere, se no caso concreto, estão presentes as condições da ação
- (C) a categoria “possibilidade jurídica do pedido” foi absorvida no NCPC pelo mérito
- (D) para a teoria eclética, direito de ação inexistente caso o direito material não exista
- (E) o exame das “condições da ação” pode ser feito somente no primeiro exame da inicial

**Questão 59**

Sobre sentença constitutiva, assinale a afirmação correta.

- (A) É aquela que se cinge a reconhecer a existência ou inexistência de relação jurídica
- (B) É aquela que determina o cumprimento de uma obrigação ao réu, sob pena de execução forçada
- (C) É aquela que cria, modifica ou extingue relações jurídicas
- (D) É aquela no qual pode ser efetivada por mero ato de auxiliar da justiça caso o réu não cumpra espontaneamente a obrigação
- (E) É aquela que impõe ao réu obrigação com caráter de ordem

**Questão 60**

No que concerne ao tema obrigação tributária, marque a opção correta.

- (A) A natureza jurídica da obrigação tributária admite alterações em face da manifestação válida de vontade
- (B) Não sendo escolhido pelo contribuinte ou responsável o domicílio tributário, considera-se como tal a residência habitual das pessoas naturais
- (C) Obrigação tributária principal é aquela que tem por objeto o pagamento de tributo, e acessória, por sua vez, aquela que diz respeito às penalidades pecuniárias.
- (D) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa natural ou jurídica obrigada ao recolhimento do tributo aos cofres públicos
- (E) Acordos particulares, relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos, só podem ser oponíveis à Fazenda Pública quando firmados por pessoas naturais plenamente capazes

**DISCURSIVA****Questão 1**

Num sábado de sol, Pedro Paulo decide comparecer ao Parque Municipal de Águas Rasas para passar um dia de lazer. Ali chegando, paga o ingresso e dirige-se a uma cachoeira no local, onde se praticava o banho. Decide então mergulhar a partir de uma pedra, sem se aperceber que o local não tinha profundidade para isso. Sofre lesão irreversível na coluna, e com isso, ajuíza a competente ação de reparação em face da Municipalidade, alegando em seu favor que não existia no local, qualquer agente público, controlador ou salva-vidas, caracterizando-se assim omissão administrativa determinante da responsabilidade civil.

Citada, a Prefeitura argumenta em sua defesa que não há conduta que lhe seja imputável na forma do art. 37, § 6º CF – donde a exclusão total da responsabilidade civil, que no que toca ao Poder Público, só se pode verificar na forma daquele preceito constitucional. Afirmar ainda que o evento dano decorreu de culpa exclusiva da vítima.

Após delinear os pontos de maior relevância referentes ao caso, desenvolva um parecer.

- O parecer deve ser redigido na modalidade padrão da Língua Portuguesa.
- O texto deve ter entre 25 e 30 linhas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO**